



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO - LICITAÇÃO

LEI 14.133/2021 / RESOLUÇÃO CNJ 468/2022

Versões do documento

Data	Autores	Descrição
05/10/2023	Jonas de A. Luz Jr. e Ismael T. dos Santos Jr.	Versão inicial.
18/10/2023	Jonas de A. Luz Jr. e Ismael T. dos Santos Jr.	Com alterações sugeridas pela ASDIR (0385776)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1 Aquisição de renovação de suporte técnico do fabricante para equipamentos de firewall, com fornecimento de serviço técnico especializado e treinamento oficial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Quadro 1 – Detalhamento do objeto da contratação

Item	Descrição	CATMAT/CATSER	GND	Unidade	Qtde.
1	Renovação de <i>appliance</i> em <i>cluster</i> Check Point 6600, incluindo licenciamento e suporte do fabricante pelo período de 60 (sessenta) meses, contemplando todas as funcionalidades já instaladas conforme Account ID 8324093.	27464	3	Unidade	1
2	Renovação de <i>appliance</i> Check Point 1530, incluindo licenciamento e suporte do fabricante pelo período de 60 (sessenta) meses, contemplando todas as funcionalidades já instaladas conforme Account ID 8324093.	27464	3	Unidade	5
3	Extensão de suporte de <i>appliance</i> Check Point 1530, incluindo licenciamento e suporte do fabricante pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, contemplando todas as funcionalidades já instaladas conforme Account ID 8416164.	27464	3	Unidade	120
4	Renovação e atualização de licença de gerência e relatoria, incluindo licenciamento e suporte do fabricante por 60 (sessenta) meses, contemplando todas as funcionalidades conforme Account ID 8324093.	27464	3	Unidade	1
5	Treinamento oficial Check Point para turmas de 5 pessoas.	27529	3	turma	2

Item	Descrição	CATMAT/CATSERGND	Unidade	Qtde.

Considerações:

1. O período de renovação total a ser atingido para toda a solução é de 60 (sessenta) meses.
2. O período de renovação do item 3 é de 48 (quarenta e oito) meses por se tratar de renovação de suporte técnico ainda vigente, cuja contratação se deu por meio do Contrato nº 53/2021, assinado cerca de 12 meses depois do Contrato nº 286/2020, o qual regula os demais itens. Desta forma, a vigência do novo suporte do fabricante deve ser sincronizado.
3. Em função do disposto no item anterior, exige-se da empresa contratada, para o item 3, a extensão imediata da vigência do suporte técnico do fabricante pelo período adicional contratado.
4. Para garantir a efetivação e exigência do suporte do fabricante a ser contratado, a vigência do contrato resultante desta contratação, deverá ser de 60 (sessenta) meses, mesmo prazo do suporte técnico objeto da aquisição.

Natureza do objeto:

1.2. O(s) bens(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Justificativa da contratação em lote único:

- Os itens são interrelacionados, por se tratarem do mesmo serviço (suporte do fabricante) para produtos diferentes, e atuam como uma solução única, indissociável, requerendo um único ponto de gerenciamento e canal de comunicação entre o TRE e o fabricante.
- A fragmentação da contratação traria maior complexidade de gestão e fiscalização do contrato, uma vez que seria complexo ou mesmo inviável determinar qual empresa deveria ser acionada em casos de problemas mais gerais eventualmente apresentados pela solução.

Vigência

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da publicação do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. Justificativa: Uma vez que a contratada atuará como ponto focal de execução do suporte técnico do fabricante, o prazo da vigência contratual corresponde ao prazo do licenciamento ora em contratação, conforme Consideração nº 4 da cláusula 1.1.

Reajuste

1.4. Após 12 (doze) meses da data do orçamento estimativo, o Contrato será reajustado com base no Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) / IPEA acumulado nos últimos doze meses ou, na hipótese de extinção deste, no índice que vier a substituí-lo.

1.5. À época da prorrogação contratual, caso o preço médio de mercado venha a ser inferior ao valor contratado, o gestor do Contrato negociará com a CONTRATADA com vistas a adequar o valor originário ao preço praticado no mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021)

O cumprimento efetivo da missão do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE) reside na garantia da legitimidade do processo eleitoral no âmbito do estado do Ceará. Dada a complexidade e importância dessa tarefa, é imperativo manter um foco constante na melhoria tecnológica, compartilhamento de informações institucionais, desenvolvimento de novas abordagens de trabalho e aprimoramento das equipes, tudo resumido sob o conceito de modernização.

Tanto os serviços oferecidos à Sociedade quanto os serviços internos armazenam informações cruciais e estratégicas para os projetos e atividades conduzidos pelo tribunal. O ambiente computacional do TRE-CE é notoriamente complexo, caracterizado por interconexões entre várias redes, sejam dentro ou fora da rede de dados da Justiça Eleitoral, e a internet. Isso resulta em vários pontos críticos vulneráveis a falhas, tornando a manutenção da segurança desse ambiente uma tarefa extremamente desafiadora.

A utilização de ferramentas como firewall, antispam, inspeção de conteúdo da internet, proxy, antivírus, sistemas de detecção de intrusões e outros, tem como objetivo garantir a segurança do ambiente corporativo.

Em 2017, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará realizou um processo de licitação aberta (PAD TRE/CE nº 002261/2016) para adquirir uma solução integrada de segurança de rede. Essa solução incluiu equipamentos de firewall UTM licenciados por 36 meses, com funcionalidades de firewall, VPN, controle de aplicações, filtragem de URL, antivírus/antimalware e IPS/IDS. Ela foi projetada para controlar e proteger o tráfego de dados entre a sede do TRE-CE e seus pontos remotos, usando túneis criptografados (VPN). O procedimento resultou na Ata de Registro de Preços nº 07/2017-1 e no contrato nº 101/2017, cujo objeto foi a aquisição de equipamentos e serviços da marca Check Point.

Em dezembro de 2020, houve outro processo de licitação (PAD TRE/CE nº 009984/2020) para atualizar os referidos equipamentos de firewall e serviços da marca Check Point, incluindo licenciamento de uso e atualização de software, suporte técnico, instalação e configuração, e treinamento técnico. Esse processo resultou na Ata de Registro de Preços nº 015/2020 e nos contratos nº 286/2020 e 57/2021, cujo término de vigência requer a presente contratação para renovação do suporte técnico do fabricante dos ativos de rede e seus serviços.

A solução de Firewall de Próxima Geração (NGFW) atualmente em uso no TRE-CE controla o tráfego entre a rede local e a internet e outras redes externas à instituição. Ela é composta por hardware e software que detectam e bloqueiam ataques sofisticados por meio de funções de firewall de rede, IPS (Sistema de Prevenção de Intrusão com análise de tráfego) e controle de aplicações. Os citados equipamentos NGFW em uso, da Check Point, têm atendido às necessidades do tribunal de forma satisfatória, sem registros de incidentes significativos ao longo dos últimos sete anos.

A renovação planejada leva em consideração a eficiência comprovada, a economia proporcionada pela continuidade do uso da solução Check Point, bem como a confiabilidade e segurança da mesma. A contratação visa aprimorar o controle de acesso à rede, o registro de eventos, a detecção e prevenção de ataques cibernéticos, o bloqueio de conteúdos não autorizados, o acesso remoto a serviços internos por meio de VPN (teletrabalho) e a expansão dos serviços de internet, VOIP, e-mail corporativo, entre outros. Assim, esta contratação busca atender várias demandas estabelecidas no Planejamento Estratégico do tribunal, promovendo a padronização, garantindo tratamento e proteção adequados do tráfego e, ao mesmo tempo, assegurando eficiência e economia por meio de um modelo de segurança em várias camadas com a renovação dos firewalls existentes.

Do ponto de vista técnico, o modelo desejado manterá o gerenciamento centralizado e simplificado do tráfego de rede, proporcionando maior eficiência e aproveitando o conhecimento adquirido pela equipe técnica, resultando em maior produtividade e segurança. No que diz respeito aos aspectos econômicos, a compatibilidade das soluções resultará em custos menores e impactos reduzidos na implantação. Além disso, evita a necessidade de adquirir licenças e suporte adicionais de produtos de fabricantes diferentes, o que também economiza recursos.

Dessa forma, a manutenção da solução de firewall de rede Check Point, com a contratação de serviços de extensão de garantia, suporte técnico, subscrição de licenças e expansão da solução, é essencial para garantir a segurança da informação, a disponibilidade dos serviços e sistemas, bem como a confidencialidade e integridade dos dados institucionais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. ITEM 1 - Renovação de appliance em cluster Check Point 6600, incluindo licenciamento e suporte do fabricante pelo período de 60 (sessenta) meses, contemplando todas as funcionalidades já instaladas conforme Account ID 8324093.

3.1.1. A CONTRATADA deverá realizar a renovação dos atuais appliances Check Point modelo 6600, incluindo licenciamento e garantia do fabricante pelo período de 60 meses, mantendo todas as funcionalidades já em uso por esta CONTRATANTE, em conformidade com a tabela de produtos abaixo:

Quadro 2 – Produtos - Appliance em cluster dos equipamentos de núcleo.

SKU	Family	Key	Account ID	Hardware Serial
CPAP-SG6600-SNBT	6600 Base	00:1C:7F:A9:33:6F	0008324093	2026BA0640
CPAP-SG6600-SNBT	6600 Base	00:1C:7F:A9:31:67	0008324093	2026BA0613

3.2. ITEM 2 - Renovação de appliance Check Point 1530, incluindo licenciamento e suporte do fabricante pelo período de 60 (sessenta) meses, contemplando todas as funcionalidades já instaladas conforme Account ID 8324093.

3.2.1. A CONTRATADA deverá realizar a renovação dos atuais appliances Check Point modelo 1530, incluindo licenciamento e garantia do fabricante pelo período de 60 meses, mantendo todas as funcionalidades já em uso por esta CONTRATANTE, em conformidade com a tabela de produtos abaixo:

Quadro 3 – Produtos - Firewalls departamentais SMB (5 unidades iniciais)

SKU	Family	Key	Account ID	Hardware Serial
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:97:61:72	0008324093	WA20202825
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:97:60:BE	0008324093	WA20202895
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:97:60:CA	0008324093	WA20202889
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:97:60:B4	0008324093	WA20202900
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:97:60:64	0008324093	WA20202940

3.3. ITEM 3 - Extensão de suporte de appliance Check Point 1530, incluindo licenciamento e suporte do fabricante pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, contemplando todas as funcionalidades já instaladas conforme Account ID 8416164.

3.3.1. A CONTRATADA deverá realizar a extensão dos atuais appliances Check Point modelo 1530, incluindo licenciamento e garantia do fabricante pelo período adicional de 48 meses, mantendo todas as funcionalidades já em uso por esta CONTRATANTE, em conformidade com a tabela de produtos abaixo:

Quadro 4 – Produtos - Firewalls departamentais SMB (120 un. / cartórios eleitorais)

SKU	Family	Key	Account ID	Hardware Serial
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C6:48	0008416164	BA22103419
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C6:4A	0008416164	BA22103420

CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C6:60	0008416164	BA22103431
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C6:78	0008416164	BA22103443
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C9:3C	0008416164	BA22103797
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C9:42	0008416164	BA22103800
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:BC	0008416164	BA22103093
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:BE	0008416164	BA22103094
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:C2	0008416164	BA22103096
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:C4	0008416164	BA22103097
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:C6	0008416164	BA22103098
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:C8	0008416164	BA22103099
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:CA	0008416164	BA22103100
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:D0	0008416164	BA22103103
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:D4	0008416164	BA22103105
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:D6	0008416164	BA22103106
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:DC	0008416164	BA22103109
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:DE	0008416164	BA22103110
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:90	0008416164	BA22103071
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:96	0008416164	BA22103074
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:9C	0008416164	BA22103077
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:4C	0008416164	BA22103037
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:4E	0008416164	BA22103038
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:54	0008416164	BA22103041
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:5C	0008416164	BA22103045
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:5E	0008416164	BA22103046
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:60	0008416164	BA22103047
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:62	0008416164	BA22103048
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:64	0008416164	BA22103049

CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:66	0008416164	BA22103050
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:6A	0008416164	BA22103052
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:6C	0008416164	BA22103053
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:6E	0008416164	BA22103054
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:70	0008416164	BA22103055
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:72	0008416164	BA22103056
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:74	0008416164	BA22103057
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:78	0008416164	BA22103059
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:88	0008416164	BA22103067
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:12	0008416164	BA22103008
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:14	0008416164	BA22103009
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:16	0008416164	BA22103010
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:28	0008416164	BA22103019
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:2E	0008416164	BA22103022
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:34	0008416164	BA22103025
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:36	0008416164	BA22103026
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:3A	0008416164	BA22103028
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:3C	0008416164	BA22103029
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:3E	0008416164	BA22103030
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C6:FC	0008416164	BA22103509
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:00	0008416164	BA22102999
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:02	0008416164	BA22103000
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:06	0008416164	BA22103002
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:82	0008416164	BA22103192
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:20	0008416164	BA22103143
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:30	0008416164	BA22103151
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:32	0008416164	BA22103152

CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:3A	0008416164	BA22103156
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:3E	0008416164	BA22103158
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:40	0008416164	BA22103159
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:46	0008416164	BA22103162
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:48	0008416164	BA22103163
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:4A	0008416164	BA22103164
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:56	0008416164	BA22103170
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:E8	0008416164	BA22103627
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:EA	0008416164	BA22103628
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:04	0008416164	BA22103129
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C4:06	0008416164	BA22103130
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:BE	0008416164	BA22103606
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:CC	0008416164	BA22103613
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:CA	0008416164	BA22103612
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:DC	0008416164	BA22103621
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:E2	0008416164	BA22103624
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:E4	0008416164	BA22103625
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:9C	0008416164	BA22103589
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C9:16	0008416164	BA22103778
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C9:22	0008416164	BA22103784
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C9:20	0008416164	BA22103783
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C9:2C	0008416164	BA22103789
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C9:2E	0008416164	BA22103790
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C1:DC	0008416164	BA22102853
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C1:E0	0008416164	BA22102855
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C1:74	0008416164	BA22102801
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C1:7A	0008416164	BA22102804

CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C1:98	0008416164	BA22102819
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:DC	0008416164	BA22102981
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:E0	0008416164	BA22102983
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:E2	0008416164	BA22102984
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:E6	0008416164	BA22102986
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:EC	0008416164	BA22102989
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:EE	0008416164	BA22102990
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:F4	0008416164	BA22102993
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:F6	0008416164	BA22102994
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:F8	0008416164	BA22102995
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:A6	0008416164	BA22102954
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C2:B2	0008416164	BA22102960
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:50	0008416164	BA22103551
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:6A	0008416164	BA22103564
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:88	0008416164	BA22103579
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:0E	0008416164	BA22103518
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:0C	0008416164	BA22103517
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C7:04	0008416164	BA22103513
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:30	0008416164	BA22103663
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:0E	0008416164	BA22103646
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:E6	0008416164	BA22103114
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C3:EA	0008416164	BA22103116
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:B8	0008416164	BA22103731
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:C2	0008416164	BA22103736
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:C6	0008416164	BA22103738
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:CC	0008416164	BA22103741
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:D0	0008416164	BA22103743

CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:D4	0008416164	BA22103745
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:A8	0008416164	BA22103723
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:6C	0008416164	BA22103693
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:6E	0008416164	BA22103694
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:7E	0008416164	BA22103702
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:80	0008416164	BA22103703
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:86	0008416164	BA22103706
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:84	0008416164	BA22103705
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:88	0008416164	BA22103707
CPAP-SG1530-NGTP	1500	00:1C:7F:AF:C8:9A	0008416164	BA22103716

3.3.2. Salienta-se que o presente item corresponde a extensão do licenciamento dos referidos produtos, ainda vigentes, pelo período especificado, a ser comprovado por meio da constatação da mudança da data de término de vigência das licenças referenciadas, conforme Consideração nº 2 da cláusula 1.1 deste Termo de Referência.

3.4. ITEM 4 - Renovação e atualização de licença de gerência e relatoria, incluindo licenciamento e suporte do fabricante por 60 (sessenta) meses, contemplando todas as funcionalidades conforme Account ID 8324093.

3.4.1. Deverá incorporar assinaturas para todas as blades necessárias para gerenciamento das funcionalidades descritas para os appliances dos itens 1, 2, e 3 deste Termo de Referência, incluindo: controle de aplicações, filtros de URL e IPS/IDS, anti-malware, antivírus, anti-bot e anti-spam, mantendo-se os demais licenciamentos, pelo período de 60 (sessenta) meses, em conformidade com a tabela de produtos abaixo.

Quadro 5 – Produtos - Firewalls departamentais SMB 5 unidades iniciais

SKU	Family	Key	Account ID
CPSM-NGSM	Sec Mgmt SW	0E37D8C5E20F	0008324093
CPSB-EVNT	Check Point SmartEvent blade for Security Management	1506O6P	0008324093
CPSB-RPRT	SmartReporter blade for Security Management	TP3AEIO	0008324093

3.5. ITEM 5 - Treinamento oficial Check Point para turmas de 5 pessoas

3.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer inscrição para TREINAMENTO OFICIAL na solução integrada de segurança, cujo escopo deve cobrir os equipamentos e softwares ofertados;

3.5.2. O TREINAMENTO OFICIAL poderá ser dividido em módulos de cursos complementares entre si;

3.5.3. Cada treinamento deverá prever a capacitação para 1 turma com até 5 pessoas, a serem nomeadas pela CONTRATANTE;

3.5.4. O treinamento poderá ser fornecido na modalidade online (EAD), in- loco em centro autorizado de treinamento do fabricante, ou na modalidade in-company, em Fortaleza/CE e em local de providência e

responsabilidade da CONTRATADA;

3.5.5. Os treinamentos deverão ser iniciados até 40 (quarenta) dias após assinatura do Contrato.

3.5.6. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 20 (vinte) dias após assinatura do Contrato, um Plano de Treinamento que será avaliado e aprovado pela equipe técnica da CONTRATANTE;

3.5.7. O Plano citado no item anterior deverá apresentar o programa de cada treinamento com conteúdo, carga horária, duração em dias, modalidade e avaliações de aprendizagem;

3.5.8. O Treinamento deverá ser oficial do fabricante em cada uma das ferramentas, contemplando módulos, com conteúdo teórico e prático, com programas mínimos que abordem toda a instalação, configuração, e implementação de 100% dos recursos e funcionalidades;

3.5.9. O treinamento oficial do fabricante deverá prover todas as ferramentas necessárias para atender aos requisitos citados na alínea anterior;

3.5.10. Só será admitido a entrada em funcionamento de componentes da solução sem que tenha havido o respectivo treinamento caso seja de interesse expresso por parte da CONTRATANTE, não tornando o mesmo indispensável sob nenhum aspecto ou condição.

3.5.11. O instrutor que irá ministrar o treinamento deverá ser certificado pelo fabricante da solução;

3.5.12. A CONTRATADA arcará com todas as despesas relativas aos seus profissionais e técnicos envolvidos nas atividades do treinamento;

3.5.13. Caso o treinamento seja fornecido na modalidade EAD, a CONTRATADA deverá inscrever os participantes informados pela CONTRATANTE na primeira turma disponível após a assinatura do contrato ou em data definida pelo CONTRATANTE, de acordo com o calendário de turmas disponíveis;

3.5.14. Caso o treinamento seja fornecido na modalidade in loco ou in company, a CONTRATADA deverá definir o período do treinamento, incluindo a carga horária diária em comum acordo com a CONTRATANTE logo após a assinatura do contrato de forma independente dos prazos de entrega dos equipamentos e softwares deste termo de referência;

3.5.15. Nos casos das modalidades in loco ou in company, A CONTRATADA deverá prover toda a estrutura acessória para os treinamentos, incluindo *coffee break*;

3.5.16. O treinamento deverá incluir laboratório virtual para a simulação das configurações e testes;

3.5.17. O conteúdo do treinamento deverá ser de natureza teórica e prática, devendo abranger todas as funcionalidades, componentes e softwares, em seus aspectos mais relevantes e, em especial, envolvendo aqueles relacionados à solução implantada no ambiente computacional do TRE/CE, contendo:

- a. Instalação e configuração inicial;
- b. Conceitos e configuração das funcionalidades de firewall, controle de aplicações, filtro de conteúdo, proteção contra malwares e análise em nuvem (sandbox), APT, IPS, DPL;
- c. Firewall policy;
- d. VPN:
 - i. Client-to-LAN;
 - ii. LAN-to-LAN;
 - iii. IPSec;
 - iv. VPN SSL;
- e. Roteamento estático e dinâmico;
- f. NAT;
- g. Logs & Reporting;
- h. Integração com serviços de diretório (SSO);
- i. Monitoramento e gestão da ferramenta com vistas às atividades de rotina.

3.5.18. A CONTRADA poderá fornecer materiais didáticos em formatos digitais;

3.5.19. A CONTRATADA deverá emitir certificados de conclusão do treinamento.

3.5.20. Deverá constar no certificado a data de início e fim, carga horária, nome do instrutor, nome do treinamento e nome do participante;

3.6. Das condições de garantia e suporte técnico

3.6.1. A garantia deverá ser integral de, no mínimo, 60 (sessenta) meses do fabricante, com cobertura total para peças, atualização de versão e assistência técnica.

3.6.2. Por se tratar de garantia do fabricante, devendo ser fornecida diretamente por este, ainda que através da empresa CONTRATADA, as informações de licenciamento e vigência devem constar na área de acesso restrito da CONTRATANTE no site web da Check Point, o que será verificado e requerido para emissão do Termo de Recebimento.

3.7. Ciclo de Vida

Não se aplica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

Sustentabilidade

4.1. Não se aplica, por se tratar de mero licenciamento de suporte técnico de software.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. A presente contratação trata de serviços especificamente vinculados à marca Check Point, conforme razões expostas na seção 2 deste Termo de Referência e de acordo com as justificativas contidas nos ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP desta contratação (SEI nº 0362913).

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3.1. **Justificativa:** A natureza do objeto a ser contratado constitui-se, essencialmente, de serviço de suporte técnico de fabricante de solução de TIC, o que somente pode ser contratado pelo fabricante ou seu representante credenciado. Neste sentido, a contratada assume a responsabilidade de canal de comunicação entre a contratante e o fabricante, não podendo delegar-lhe a terceiros.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.5. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 5 (cinco) dias úteis dias após a assinatura do contrato.

4.6. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Condições de execução

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) meses, com início a partir da assinatura do contrato, na forma que se segue:

5.2. Os serviços serão prestados em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, CNPJ: 06.026.531/0001-30, sito à R. Dr. Pontes Neto, 800 – CEP: 60813-600 — Fortaleza, CE.

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. Registro pela CONTRATADA, junto ao fabricante Check Point, do licenciamento objeto desta contratação, em favor do TRE/CE, nas contas identificadas com os respectivos *Account ID* indicados em cada item, conforme Quadro 1.

5.3.2. Verificação do referido registro de licenciamento na área de acesso restrito da CONTRATANTE no sítio web da fabricante Check Point, a ser realizada pelo fiscal técnico do contrato e no software de gerência dos equipamentos licenciados.

5.3.3. Elaboração do Termo de Aceite Definitivo dos itens de licenciamento após a confirmação de seu registro, conforme parágrafos anteriores.

5.3.4. Pagamento dos itens de licenciamento devidamente entregues, após a emissão do Termo de Aceite Definitivo.

5.3.5. Realização de reunião de planejamento, com elaboração de cronograma, dos treinamentos a serem realizados.

5.3.6. Realização dos treinamentos oficiais (item 5), conforme planejamento elaborado no item anterior, com o devido fornecimento dos certificados oficiais.

5.3.7. Para cada turma concluída, pela CONTRATANTE, emissão de Termo de Aceite Definitivo, após a entrega de todos os certificados.

5.3.8. Pagamento de cada turma de treinamento oficial, após a emissão de seu Termo de Aceite Definitivo.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.4. O prazo de garantia do serviço, complementar à garantia legal, corresponde ao especificado nos itens 3.1 a 3.4 deste Termo de Referência.

5.5. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Da execução contratual

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias

mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.1.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.1.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.1.7.3. O fiscal do contrato informará à Seção de Contratos, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.1.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à Secretaria de Administração.

6.1.7.5. Em caso de fornecimento, a Seção de Contratos comunicará ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.1.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.1.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Seção de Contratos para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.2. Das obrigações da Contratante

6.2.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Demandante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

6.2.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de formato livre, podendo esta ser encaminhada por e-mail;

6.2.3. receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.2.4. comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na Avaliação de Resultado.

6.2.5. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.2.6. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

6.2.7. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

6.2.8. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.

6.2.9. abster-se de efetuar intervenções indevidas na gestão interna da contratada.

6.3. Das obrigações da Contratada

6.3.1. indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

6.3.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.3.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

6.3.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

6.3.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

6.3.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

6.3.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) durante a execução do contrato.

6.3.8. Ademais, para os fins deste objeto, obriga-se a contratada a:

6.3.8.1. Executar seu planejamento nos dias úteis do calendário da contratante e conforme o horário agendado com ela;

6.3.8.2. Prestar serviço mediante a utilização de profissionais com a capacidade técnica que o serviço requer;

6.3.8.3. Informar aos gestores do contrato a relação nominal de empregados envolvidos na prestação dos serviços e horário de execução, com antecedência mínima de 24 horas do início dos trabalhos. Qualquer alteração nesta relação deverá ser imediatamente comunicada ao gestor. Em caso de execução em prédios de terceiros esta antecedência deverá ser condicionada ao processo de autorização do terceiro, podendo ser exigida maior antecipação;

6.3.8.4. Responder pelas despesas relativas encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o TRE/CE;

6.3.8.5. Fornecer em prazo de antecedência de 10 (dez) dias úteis da data do vencimento as faturas de prestação do serviço, a fim de que esta possa passar pelo processo de aceite;

6.3.8.6. Esclarecer eventuais dúvidas quanto ao valor cobrado na fatura;

6.3.8.7. Garantir o sigilo absoluto de toda e qualquer informação, em qualquer meio, a que tiver acesso, sendo vedada a sua divulgação no todo ou em parte, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a autorização expressa da contratante. Aceitar o fato de que as informações obtidas em decorrência da execução do presente Termo deverão ser mantidas em sigilo, não podendo qualquer partícipe divulgá-las fora do âmbito deste instrumento, exceto se previamente acordado por escrito, ou prevista a sua divulgação;

6.3.8.7.1. O representante legal da contratada deverá assinar Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão.

6.3.8.7.2. Todos os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação deverão assinar Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão ou entidade.

6.3.8.7.3. Serão adotados os modelos de Termo de Compromisso e Termo de Ciência estabelecidos no [Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário](#), publicado como Anexo à Resolução CNJ nº 468/2022. pp. 92-94, conforme estabelecido no Anexo

6.3.8.8. Atualizar, sempre que houver mudança, seus dados e as informações de seus representantes, tais como: endereços, telefones, fax, e-mail, dentre outros.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, após o pagamento, será encaminhado o processo à Secretaria de Administração, ocasião na qual será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.15. Os pagamentos serão realizados de uma vez só, por item entregue.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.16. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.16.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) / IPEA.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sob a mesma titularidade.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, no ato da assinatura do

contrato, a declaração prevista no art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

Sanções e Penalidades

7.21. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE/CE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

7.22. A contratada, durante a execução do contrato, ficará sujeita a penalidades variáveis de acordo com a gravidade dos casos, conforme Quadro 6.

7.23. As sanções de advertência, impedimento e declaração de inidoneidade de licitar e contratar poderão ser aplicadas à contratada cumulativamente às multas convencionais e de mora, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados, depois de transitada em julgado a decisão.

7.24. Será configurada a inexecução parcial do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento contratual, caso os limites máximos estabelecidos no Quadro 6 para a aplicação de multa de mora sejam extrapolados. No caso de atraso na entrega por período superior ao do Quadro 7, a critério da Administração, os equipamentos e as licenças poderão não ser aceitos, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total da obrigação assumida.

Quadro 6 – Dos Graus e Correspondências

Grau	Correspondência
01	Advertência formal.
02	0,5% sobre o valor da parcela não cumprida.
03	0,1% sobre o valor total do contrato.
04	0,2% sobre o valor da Nota Fiscal.

Quadro 7 – Das infrações, penalidades e correspondências

Infrações		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital de Licitação ou dos seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência.	01
2	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital de Licitação ou dos seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada, por ocorrência, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) ocorrências.	02
3	Deixar de cumprir o prazo para entrega dos produtos, por dia, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias.	02
4	Deixar de cumprir o prazo para atendimento e solução relativo à garantia dos equipamentos, por dia, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias.	03
5	Deixar de entregar os documentos que comprovem a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referente, se for o caso, por dia de atraso, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias.	04

7.25. Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na ocorrência de inexecução total, e de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato na ocorrência de inexecução parcial, reconhecendo, desde já, a contratada as

prerrogativas da Administração, nos termos do art. 104 da Lei nº 14.133, DE 1º de abril de 2022.

7.26. As multas de mora, e convencional por inexecução parcial, quando aplicadas de forma isolada ou concomitante, não ultrapassarão o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato celebrado.

7.27. Na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula a autoridade competente poderá se valer dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, e da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos devidamente comprovados.

7.28. A contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o fornecimento dos produtos/serviços, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, e em documento contemporâneo à sua ocorrência, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração.

7.29. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus, inclusive de faturas oriundas de outros contratos celebrados com o TRE-CE. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) / IPEA, ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

7.30. O TRE/CE promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à contratada.

7.31. O período de atraso será contado em dias corridos.

7.32. Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133, aplicando-lhes, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

7.33. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1. A licitante vencedora deverá apresentar conjunto de atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha prestado ou esteja prestando, a contento, os serviços e o fornecimento de equipamentos de natureza similar aos descritos neste Termo de Referência, conforme detalhado no item 8.6.

8.3. Habilitação Jurídica

8.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da

Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.8. A etapa de habilitação compreenderá ainda:

- 8.4.8.1. consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;
- 8.4.8.2. consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- 8.4.8.3. consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;
- 8.4.8.4. consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;
- 8.4.8.5. consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.5. Qualificação Econômico-Financeira

- 8.5.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.5.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
 - I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
 - II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
 - III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- 8.5.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.5.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).
- 8.5.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º)
- 8.5.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6. Qualificação Técnica

- 8.6.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado conforme item 8.2.
 - 8.6.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - 8.6.1.1.1. Comprovação de fornecimento de licenciamento igual ou similar ao do item 1;
 - 8.6.1.1.2. Comprovação de fornecimento de itens de licenciamento na quantidade de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do somatório total dos itens 2 e 3;
 - 8.6.1.1.3. Comprovação de fornecimento de licenciamento igual ou similar ao do item 4;
 - 8.6.1.1.4. Comprovação de fornecimento de, pelo menos, uma turma de capacitação/treinamento similar ao do item 5.

8.6.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.6.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.6.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)

9.1. O custo estimado total da contratação será definido por meio de pesquisa de preços a ser efetivada pela área competente da Secretaria de Administração (SAD).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União que integram o Programa Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral.

10.2. A classificação específica da despesa, bem como a disponibilidade orçamentária serão verificadas pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) quando da realização da pesquisa de preços.

11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização do Contrato caberá ao(a) servidor(a) Ismael T. dos Santos Junior e como substituto o servidor Francisco Naftali A. Predrosa.

(Assinado eletronicamente)
Ismael Torres dos Santos Junior
Assessor de Cibersegurança
Integrante Demandante e Técnico

(Assinado eletronicamente)
Jonas de Araújo Luz Junior
Coordenador de Governança e Gestão de TIC
Integrante Administrativo

(Assinado eletronicamente)
Leandro da Silva Taddeo
Secretário da Tecnologia da Informação



Documento assinado eletronicamente por **JONAS DE ARAUJO LUZ JUNIOR, COORDENADOR**, em 20/10/2023, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISMAEL TORRES DOS SANTOS JUNIOR, ASSESSOR**, em 20/10/2023, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO DA SILVA TADDEO, SECRETÁRIO**, em 20/10/2023, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0&cv=0390781&crc=4FFC3716, informando, caso não preenchido, o código verificador **0390781** e o código CRC **4FFC3716**.